

1 - Artigos

POMPEU SOBRINHO E O ÁLCOOL DA MANDIOCA

Oswaldo de Oliveira Riedel

O Ceará está prestando justíssima homenagem a um de seus mais ilustres filhos que, se vivo fosse, estaria agora completando cem anos de idade. O Ceará reverencia a memória de Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho.

Jovem ainda, voltando à terra natal logo em seguida à formatura na famosa Escola de Engenharia de Ouro Preto, consagrou Pompeu Sobrinho o melhor de seu esforço e o brilho invulgar de seu talento ao desafio que as estiagens periódicas impunham aos estudiosos e homens de ação desejosos de resolvê-las.

Participou então ativamente de prospecções e de construções de açudes, misteres que o amadureceriam para a merecida condição de autoridade respeitada por técnicos e admirada por leigos que lhe acatavam as sábias decisões.

Cultura humanística e geopônica por excelência, divulgaria em periódicos e livros a natureza e a gente do Ceará sob os mais diferentes aspectos: da origem pré-histórica de seus habitantes à descrição objetiva e científica da seca em seus atributos físicos e repercussões econômicas. Polígrafo de vastos recursos, deixou considerável acervo de trabalhos técnicos, pesquisas antropológicas, dissertações históricas e estudos lingüísticos dos aborígenes cearenses, especialmente dos da "língua travada".

Nada que dissesse respeito, de algum modo, à geografia, à história, à antropologia e ao clima do Ceará, escapava à argúcia desse multifacetado talento humanístico e telúrico.

Se, por exemplo, outros estudiosos e historiógrafos arrolavam as datas nas quais tinham ocorrido, ao longo de cen-

túrias, as numerosas secas em terra cearense, tecendo-lhes perfunctórias anotações, Pompeu Sobrinho via, em documentos dessa natureza, motivação para esmiuçar, em profundidade, aquele fenômeno cíclico. E o resultado dessas lucubrações não poderia ter outro desfecho: em alentado volume viria à publicidade seu livro, hoje clássico, sobre as secas do Ceará.

A leitura atenta da obra de Pompeu Sobrinho dá, a quem perquiri-la com vagar, a impressão de nítida objetividade que norteava seus escritos. Dir-se-ia que sua formação intelectual, humanística sem dúvida, não pôde sopitar insofismável tônica de precisão matemática, certamente inata e depois aprimorada nos bancos acadêmicos e continuada no exercício profissional de engenheiro de escol.

Sua linguagem, vazada em vernáculo castiço, trai, pelo emprego de termos adequados, exatos, definidos, a preocupação da mente afeita a essa disciplina peculiar que a matemática ou a filosofia sabem conferir ao estudioso. Mas a polimorfa cultura possui o condão de abrandar a rigidez de tal disciplina e a clareza do texto assim resultante reforça a elegância estilística sem sacrificar a verdade histórica ou rigor deinde philosophari”.

Homem assim realista não pode, jamais, fazer concessões à contemplação e ao devaneio. E Pompeu Sobrinho demonstrou, em várias oportunidades o pragmático “primum vivere, deinde philosophari”.

Talvez não muitos cearenses saibam, hoje, ter Pompeu Sobrinho, há pouco mais de setenta anos, cogitado seriamente da obtenção de álcool etílico ou etanol a partir da fermentação da mandioca.

As fontes alternativas de energia em suas diversas modalidades são assunto de pleno domínio público nos dias que vivemos. Os órgãos de comunicação divulgam, na atualidade, para doutos e leigos e com abundância de minúcias, as tentativas que a esse respeito vêm sendo empreendidas aqui a alhures. Mas, no recuado ano de 1908 poderia a muitos parecer, se não extravagante, pelo menos dispensável ou nada prática a iniciativa de lançar mão da mandioca para obter o álcool.

Qual o uso do etanol naquele oitavo ano do século vinte? Certamente muito reduzido nas áreas industrial, sanitária ou doméstica. Abstração, evidentemente, das bebidas alcoóli-

cas. E o álcool oriundo da cana-de-açúcar supriria, possivelmente, essas necessidades todas.

Os motores a explosão começavam a adquirir importância cada vez maior. A escalada se fazia lenta, porém seguramente, a partir dos escassos automóveis e dos protótipos de máquinas voadoras no ensaio dos primeiros vôos. E consumiam, como combustível, derivado do petróleo. Petróleo que, na época, parecia inesgotável. Mas esses motores aumentaram em escala gigantesca e eram cada vez mais aperfeiçoados. Estiveram presentes em duas grandes guerras, em terra, no mar e no ar. Como consequência, exauriram as reservas mundiais de petróleo a ponto de se esperar que não restem remanescentes deste combustível daqui a trinta anos, segundo previsões otimistas.

A crise do ouro negro, quer do ponto de vista técnico quer por suas consequências econômicas, exigiu dos países dele dependentes enérgica e imediata tomada de posição. O aproveitamento racional da biomassa impunha-se, portanto, como solução a curto e longo prazos. Especialmente para o Brasil, país de dimensões continentais num clima tropical onde o cultivo de espécies vegetais pode ser realizado durante o ano todo e em excelentes condições de radiação solar.

Já existem aqui essas duas culturas, a da cana-de-açúcar e a da mandioca, desde os tempos coloniais. Seria portanto necessário racionalizar essas culturas, apenas no tocante a seu aproveitamento como alimento e como fonte de etanol. Principalmente no que respeita à mandioca, até então reservada à alimentação.

O álcool etílico era até há pouco tempo obtido, no Brasil, como subproduto do fabrico do açúcar. Calcula-se que uma tonelada de cana produza, em média, 95 quilogramas de açúcar e 12 litros de etanol. Contrapõe-se a esse valor o rendimento de cerca de 70 litros de álcool etílico por tonelada de cana, se o etanol fosse obtido como produto principal.

Pode-se admitir como ponto de referência a produção de 15 toneladas de mandioca por hectare, cifra que poderia ser duplicada se a tecnologia agrícola se empenhasse a fundo no sentido de ser melhorada essa produção. Mesmo sem esta iniciativa porém, a produção de álcool etílico seria de aproximadamente 2700 litros por hectare por ano. Utilizando apenas 2% do território nacional para o plantio da mandioca como

fonte de álcool, chegar-se-ia ao espantoso número de 45 bilhões de litros/ano.

Não sabemos se, por volta de 1908, outros brasileiros pensaram em obter o etanol a partir da mandioca. O certo é que, no Ceará, disso cogitou Pompeu Sobrinho.

Di-lo eloqüentemente a Lei n.º 948, de 21 de agosto de 1908, que concedia "privilégio para preparação do álcool da mandioca" e que merece transcrita na íntegra: "O povo do Estado do Ceará, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte Lei: Art. 1.º — Concede-se ao engenheiro Thomaz Pompeu de Souza Brasil Sobrinho e Zacarias Celso de Magalhães, por espaço de 10 anos, privilégio para a preparação de álcool da mandioca. Art. 2.º — Aos concessionários fica marcado o prazo máximo de 2 anos para entrarem no gozo do presente privilégio. Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário. O Secretário de Estado dos Negócios do Interior a faça publicar. Palácio da Presidência do Ceará, em 21 de agosto de 1908, 20.º da República. (aa) Antonio Pinto Nogueira Accioly, José Pompeu Pinto Accioly — Teofredo Cavalcante de Castro Goyanna, amanuense da Secretaria do Interior, a fez".

Quais seriam as conseqüências práticas, para o Ceará, se essa indústria tivesse sido instalada naquela época? Quanta experiência acumulada ao longo de setenta e dois anos não poderia ser agora utilizada, nessa área onde praticamente tudo está por fazer?

Resta o consolo de ter ocorrido em solo cearense, há tanto tempo, se não a primeira, pelo menos uma das primeiras tentativas para o que hoje se configura como necessidade imperiosa de âmbito nacional. E essa iniciativa partiu de Th. Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho, por todos os títulos um dos mais notáveis filhos da terra alencarina.